



Direito Aberto

José Luis Moreira da Silva

Sócio e Responsável pelo Departamento de Direito Público da SRS Advogados

Colaboração com a:



Conservar os dedos!

Estamos chegados à fase que muitos queriam ver adiada e outros mesmo esquecida: as privatizações ordenadas pela *troika*. Arrumadas as medidas sobre as receitas – isto é os aumentos de impostos – e as medidas sobre as despesas – isto é os cortes nos vencimentos e nos subsídios, as extinções de serviços e as restrições nos orçamentos de funcionamento e de investimento –, resta a venda dos activos.

A lista é, diremos mesmo, de ‘pesos-pesados’ da nossa economia: inclui participações em empresas como a EDP, a REN, a GALP, a AdP, a TAP, a RTP, a ANA, parte da CP, os CTT, parte da CGD, entre algumas outras. A que há que acrescentar activos regionais e municipais a definir.

Estão em causa o que poderemos mesmo apelidar de jóias de família: aqueles activos que os anteriores Governos foram guar-

dando, na esperança de nunca os terem de vender, retirando benefícios dos grossos dividendos ou outras vantagens igualmente importantes e estratégicas que derivavam destas participações.

Chegou, no entanto, a hora da venda. A situação desesperada do país obriga a ceder o que antes se tinha por invendável. A EDP e a REN estarão vendidas – a parte que está à venda por ora – até ao fim de 2011, preparando-se logo depois as restantes. Esperemos todos que, pelo menos, o valor compense a necessidade e este *timing* imposto, sabendo que os activos portugueses se desvalorizam com a desvalorização do *rating* da República.

A maior parte das discussões tidas em redor do processo de privatizações potenciado pela *troika* tinha por tema a necessidade de manter em mãos públicas activos que se deveriam considerar estratégicos e imprescindíveis para o in-

teresse público. Assim, muitos classificam como estratégicos a participação na EDP e na Galp, a detenção da infra-estrutura básica de electricidade ou os aeroportos, um canal de televisão e a companhia de aviação de bandeira, bem como a gestão da água e resíduos. Esta posição (diríamos ideológica) implicaria a eliminação da quase totalidade do plano de privatizações constante do *MoU* da *troika*.

Recordo reuniões em que tive a possibilidade de participar, nos idos de 1986, onde se debatiam os primeiros planos de privatizações pós-25 de Abril, havendo na altura muito mais empresas candidatas de muitos mais sectores. Nessas reuniões o tema era exactamente o mesmo: que empresas ou sectores deviam ser considerados estratégicos, devendo, por isso, ser conservados em mão pública.

Desde essa altura até hoje a sociedade evoluiu muito e as privatizações sucederam-se a um ritmo mais acelerado que o destas discussões ideológicas. Entretanto

perceberam-se duas coisas que muitos tendem a esquecer: que, por um lado, é possível manter em mão pública uma empresa ou sector, mas permitir que privados façam a sua gestão (concessões); e que, por outro, nem sempre é necessário manter em mão pública a empresa ou sector, havendo outros mecanismos públicos que podem assegurar os interesses estratégicos do Estado ou da colectividade (regulação).

Com estes mecanismos em vista, talvez o programa de privatizações em curso, e as discussões ideológicas que o tema sempre desperta, possa ser visto de uma outra perspectiva. Tenha-se em devida conta, porém, a imperiosa necessidade de acompanhar as privatizações com as medidas adequadas de reforço da regulação e dos reguladores e/ou de celebração dos adequados contratos de concessão, prevendo as obrigações de serviço público.

Assim é possível vender os anéis, conservando os dedos!